

O SÉCULO DE OURO E A “ADOÇÃO DO MELHOR”: considerações sobre a sucessão imperial durante o século II d.C.

The Golden Century and the “Adoption of the Best”: Considerations Regarding the Imperial Succession During the 2nd Century AD

Deivid Valerio
GAIA

 deividgaia@historia.ufrj.br

Universidade Federal
do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A sucessão imperial era uma condição *sine qua non* para a sobrevivência de uma dinastia no Império Romano. Se as duas primeiras dinastias romanas, Júlio-Claudiana e Flaviana, escolheram a sucessão hereditária com algumas adoções no seio da família imperial, a terceira, a Antonina, se organizou quase que substancialmente em torno da adoção como transmissão do poder imperial; adoção que ficou conhecida como “a do melhor”. Nesse sentido, no presente trabalho, meu objetivo é apresentar algumas considerações sobre um problema que ainda ronda a historiografia sobre o século II d.C.: a questão da sucessão imperial e a sua relação com a “adoção do melhor” durante a dinastia antonina.

Palavras-chave: Adoção do melhor; Dinastia Antonina; Imperadores romanos; Império Romano; Sucessão imperial.

ABSTRACT

Imperial succession was a *sine qua non* condition for the survival of a dynasty in the Roman Empire. If in the first two dynasties, the Julio-Claudians and the Flavians, succession was based on heredity and a few adoptions within the imperial family; the third Roman dynasty, the Antonines, however, organized itself almost substantially around adoption as a transmitter of imperial power - a method that has become known as “adoption of the best”. In this sense, in the present paper, my aim is to present some considerations concerning a problem that still surrounds the historiography preoccupied with the 2nd century AD: the question of imperial succession and its relation with the “adoption of the best” during the Antonine dynasty.

Keywords: Adoption of the best; Antonine Dynasty; Roman emperors; Roman Empire; Imperial succession.

A sucessão imperial era uma condição *sine qua non* para a sobrevivência de uma dinastia no Império Romano, aliás, para qualquer império ou outra forma de poder dinástico¹. Se as duas primeiras dinastias romanas, a Júlio-Claudiana e a Flaviana, escolheram a sucessão hereditária com algumas adoções no seio da família imperial, a terceira, a Antonina, se organizou quase que substancialmente em torno da adoção como transmissão do poder imperial; adoção que ficou conhecida como “a do melhor”, pois acreditava-se que se escolhia para vestir a púrpura imperial o melhor cidadão de Roma. Nesse sentido, no presente trabalho, meu objetivo é apresentar algumas considerações sobre um problema que ainda ronda a historiografia sobre o século II d.C.: a questão da sucessão imperial e a sua relação com a “adoção do melhor” durante a dinastia antonina.

A dinastia Antonina foi a terceira do Império Romano² e corresponde ao apogeu do Império; a grandeza da época foi evocada por escritores como Plínio, o Jovem, em seu Panegírico a Trajano (PLÍNIO, *Panegírico*, 1) e por Élio Aristides em seu famoso discurso *Elogio a Roma* (Or. 26.11), na época de Antonino Pio. A dinastia Antonina é, indubitavelmente, a mais elogiada pelos autores antigos e modernos e é vista como a época de ouro do Império Romano (SCHIAVONE, 2005, p. 15-31). “O universo se tornou uma cidade única”, escreveu Élio Aristides, e, ainda, acrescentou, “O mundo inteiro está em festa. O mundo deixou seus armamentos para se abraçar à alegria de viver” (Or. 26.11.13). O principado dos Antoninos foi representativo de uma época de grande prosperidade econômica e a dinastia foi imortalizada como o período áureo da *pax* e da *libertas* romanas (GAIA, 2020).

Os elogios à dinastia Antonina são quase um *topos* na historiografia e na literatura tanto antigas quanto contemporâneas. Não obstante, hoje, o acesso a uma documentação mais variada e a formação de visões pautadas em teorias e metodologias diversificadas apresentam essa época com mais complexidade, sobretudo quando se parte de uma perspectiva na qual se questiona a tradicional mentalidade senatorial romana que selecionou o que dizer sobre esses imperadores, alguns vistos como bons e outros nem tanto. Uma das questões mais interessantes a se analisar sobre os Antoninos, que até hoje suscita muitas discussões, gira em torno da sucessão imperial; conhecida como uma sucessão pautada na escolha do melhor cidadão de Roma. Outra discussão, de igual importância, envolve os *stemmata* (árvores genealógicas), pois é por meio deles que se observa as ligações de parentesco dos imperadores antoninos.

*

Antes de entramos na questão principal, veremos, abaixo, rapidamente, como se deu a transição de poder de um imperador para o outro³ e depois, então, apresentaremos algumas considerações sobre o mito da adoção do melhor—questionando o modo como é apresentado a partir da historiografia recente. Esta proposta de discussão não é um ineditismo deste trabalho; aqui, ela é desenvolvida com um intuito de divulgação das novas discussões em torno da dinastia, pois muitos historiadores, ainda hoje - apesar dos trabalhos que citaremos abaixo -, veem a dinastia antonina como a da “escolha do melhor”, *degli imperatori adottivi*, ou, como dizem os alemães dos *adoptivkaiser*. Nesse texto, defenderemos que tal mito não passa de uma invenção senatorial que

teve muito êxito em sua época dentro do jogo de reafirmação de poder, mas que não podemos continuar a reproduzir sem levar em consideração as diferentes variáveis do contexto de sua elaboração.

Reiteramos que são breves considerações, haja vista que, desde 1949, historiadores de renome se debruçaram sobre esse tema com um olhar mais crítico com relação ao que prevalecera até então, a começar por Jérôme Carcopino, que escreveu seu famoso artigo - hoje, um pouco ultrapassado, mas ainda de grande importância - intitulado “*L'hérité dynastique chez les Antonins*” (1949). Esse foi um dos primeiros trabalhos a apresentar uma visão diferente daquela predominante até então. O autor começou a delinear a crítica à adoção do melhor mas não conseguiu, em alguns sentidos, ser tão convincente. Somente na década de 1970, Jean Beranger foi além de Carcopino, ao apresentar uma visão crítica sobre a questão da hereditariedade antonina, em seus artigos “*L'hérité du Principat. Note sur la transmission du pouvoir impérial aux premiers siècles*” e “*Le Principat sous Trajan e Hadrien*” (1973). No entanto, sem dúvida, o epigrafista alemão Hans Georg Pflaum, entre os anos 1950-1970, e o historiador neozelandês Ronald Syme, em 1958, foram os que mais trouxeram contribuições ao debate; o primeiro, a partir da análise da epigrafia, o que enriqueceu a discussão no quesito documental; e o segundo, a partir de seus estudos sobre Tácito, autor provincial que escreveu boa parte de suas obras entre os principados de Trajano e de Adriano. Um evento organizado pelo CNRS, em 1965, intitulado “*Les empereurs romains d'Espagne*”, foi um marco na discussão sobre a dinastia antonina e, apesar de ser antigo, ainda é uma referência importante. Além desses inúmeros exemplos, há de se destacar as grandes sínteses, teses e estudos prosopográficos desenvolvidos por G. Alföldy, A. R. Birley, G. Camodeca, M. Christol (*vide* CHAUSSON, 2007, p. 123) e, também, os trabalhos de Alcía Canto, historiadora espanhola que já escreveu bastante sobre as origens hispânicas dos Antoninos e, por conseguinte, vai ao encontro da historiografia atual no que se refere à sucessão imperial, questionando a “adoção do melhor” (CANTO, 2003). No caso da transição entre os Antoninos e os Severos, há de se destacar as importantes contribuições da historiadora brasileira Ana Tereza Gonçalves. No cenário atual, além de todas essas contribuições elencadas acima, as teses do historiador prosopográfico François Chausson (2007) apresentam-se como as mais convincentes e aprofundadas sobre os Antoninos e seus *stemmata*.

A documentação para se realizar esse estudo é, sobretudo, literária e epigráfica. A *História Augusta*, livro mais importante, é também muito lacunar ao que se refere a Nerva, Trajano e Antonino Pio, para os dois primeiros, as informações são sempre indiretas, pois o livro inicia-se na vida de Adriano, o terceiro da dinastia. Díon Cássio é o autor da antiguidade que nos fornece o maior número de detalhes e logo depois vem Herodiano, autor do século IV d.C. Esses autores eram fortemente influenciados pela ideologia senatorial, e há muitos silêncios e omissões que aparentemente eram voluntárias quanto à vida desses soberanos. Graças às contribuições da epigrafia, às novas leituras prosopográficas, às descobertas da cultura material (sobretudo o estudo de tijolos e lajotas das empresas das *figlinae*, mulheres antoninas (*vide* CHAUSSON, 2005), que conseguimos aprofundar nosso conhecimento sobre essa dinastia e consequentemente sobre suas relações familiares e de transmissão de poder.

A sucessão imperial de Nerva a Cômodo

A partir de então, iremos apresentar algumas considerações sobre a morte e a sucessão dos imperadores para que possamos entender a questão final. Talvez pareça um pouco descritivo. Por isso, seremos breves e deixaremos de lado as questões sobre os aspectos históricos gerais dos diferentes principados antoninos, observando somente a questão da sucessão⁴.

Nerva foi o primeiro imperador da dinastia. O novo imperador, temendo uma possível Guerra Civil na transição do poder, haja vista que já era idoso e não muito querido pelo exército e pela guarda pretoriana, adotou e designou à sucessão, no dia 28 de outubro de 97, o corajoso general e senador de origem hispânica, Marco Úlpio Trajano. Mas, como mostra Díon Cássio, o imperador tinha familiares e foi, de certo modo, por conta do contexto, obrigado a escolher Trajano, que asseguraria maior tranquilidade no equilíbrio das forças antagônicas entre os poderes imperial e dos exércitos. A cerimônia de adoção se deu no templo capitolino e, segundo Díon Cássio, Nerva proferiu as seguintes palavras: "Para que a escolha seja feliz e favorável para o Senado, para o Povo romano e para mim também, adoto Marco Úlpio Nerva Trajano!" (CASSIO DIO, 68. 3)⁵. Durante a cerimônia de adoção, Trajano não estava em Roma, pois ainda era legado na Germânia Superior. O exército ficou satisfeito com tal nomeação, pois durante dez anos Trajano fora tribuno dos soldados e havia dado inúmeras provas de coragem em campo de batalha, conhecia, como ninguém, o funcionamento do exército e era próximo à guarda pretoriana.

Três meses depois, no dia 27 de janeiro de 98, Nerva faleceu. Adriano, primo e tutelado de Trajano, foi o primeiro a transmitir a notícia ao novo imperador (H.A. *Adriano*, 2), que na ocasião estava em Colônia, na Germânia. Dois anos depois, após terminar sua expedição militar no Reno, Trajano retornou a Roma com o *cognomen* de *Augustus* e assumiu o trono. Colocou fim aos principais problemas de segurança que herdou da época de Nerva (CASSIO DIO, 68. 5). Nerva foi divinizado pelo Senado a pedido de Trajano.

Trajano foi o segundo imperador antonino. Ele era casado com Plotina, com a qual não teve filhos. Na ausência de um herdeiro direto, Trajano deu um grande relevo a seu primo Adriano. Pelo lado paterno, Trajano tinha uma tia chamada *Úlpia*, que se casou com P. Élio Adriano Marulino. Tiveram como filho, P. Élio Adriano Afer, o pai de Adriano, casado com D. Paulina, sua mãe (H.A. *Adriano* 1. 2.). Enquanto sua mãe era originária de Cadix (na Hispânia), seu pai era de Itália, cuja família era oriunda de Hádria, na Itália. Tendo Afer falecido em 86, Trajano e P. Célio Atiano, um cavaleiro romano de Itália, tornaram-se os tutores de Adriano, que na ocasião tinha apenas dez anos (H.A. *Adriano*, 1. 4.). Portanto, segundo R. Syme, a ligação de Trajano com Adriano era estabelecida além de relações de parentescos, pois Trajano era seu tutor (SYME, 1964, p. 142). Adriano também se casou com a sobrinha de Trajano, Sabina. Além de primo, era tutelado e sobrinho por aliança.

A adoção de Adriano é muito polêmica e deve ser analisada com atenção, levando em consideração os autores do discurso. Segundo as fontes antigas, Trajano

escolheu Adriano como seu sucessor no leito de morte, em 8 de agosto de 117. A princípio, a carta que formalizava o ato e que foi entregue ao Senado fora assinada em Antioquia, em 9 de agosto, pela esposa de Trajano, Plotina, que, por sua vez, era muito próxima de Adriano (CASSIO DIO, 69. 1.). Segundo os *stemmata*, Plotina também era parente de Adriano, como veremos a seguir. O autor da *História Augusta* sugere que a adoção foi uma farsa criada pela viúva imperial, haja vista que Trajano já estava morto e a imperatriz recorreu a alguém que o imitasse, com voz mórbida, a fim de designar Adriano como sucessor (*Adriano*, 4.10). Díon Cássio confirmou o complô da sucessão imperial formado pela imperatriz que era, segundo ele, amante de Adriano. Díon Cássio também sugere que Aproniano (que então era governador da Cilícia, e foi assim testemunha ocular do Principado de Adriano) lhe relatou que a morte de Trajano foi escondida por diversos dias para que a novidade da adoção fosse divulgada ao grande público. A prova dessa fraude é que a carta de adoção foi assinada por Plotina, algo que ela nunca tinha feito antes (69. 1. 4). Nesse sentido, Díon corrobora a tese de que Trajano já estava morto e que não escolheu Adriano. Apesar das desconfianças do Senado, rapidamente o exército aclamou Adriano como imperador de Roma, em 11 de agosto de 117. Adriano, que ainda estava no Oriente, ato contínuo, escreveu uma carta ao Senado para apresentar seu mais alto respeito e para indagar os seus títulos imperiais e solicitar honrarias divinas a Trajano. Apesar da desconfiança, o Senado e o povo reconheceram o novo imperador.

Adriano foi o terceiro imperador antonino. O casal Adriano e Sabina (assim como o casal Trajano e Plotina) não teve filhos. Foi somente depois de 136, que o imperador começou a se preocupar com o problema da sucessão. Nesse sentido, Adriano adotou Lúcio Ceião Cômodo Vero, que recebeu o nome de Élio Cesar. Jérôme Carcopino defendeu a tese de que Élio Cesar era um bastardo de Adriano, pois isso justificaria a adoção (CARCOPINO, 1958, p. 6.), mas sua tese não é convincente. De todo modo, essa adoção não gerou frutos, já que o adotado era de saúde frágil e morreu no dia primeiro de janeiro de 138. Foi então que Adriano adotou um homem originário de Nimes, na Gália. Homem de carreira brilhante e de moral exímia: Tito Aurélio Fúlvio Boiônio Ário Antonino, que mais tarde se tornou Antonino Pio. A adoção teve condições claras: Antonino foi obrigado a adotar, de sua parte, o filho do falecido Élio César que na ocasião tinha sete anos, Lúcio Ceião Cômodo (futuro Lúcio Vero) e Marco Ânio Vero (antigo Ânio Catílio Severo), descendente direto de Trajano, que na ocasião tinha dezessete anos (futuro Marco Aurélio). Antonino, que não tinha filhos, deveria ser intermediário até que os jovens tivessem condições de assumir o trono.

Antonino Pio, o quarto imperador antonino, não teve que se preocupar com a sua sucessão, pois foi fiel ao seu pai adotivo, Adriano, que, antes de morrer, deixou-a organizada. Ele mudou pouca coisa. A vontade de Adriano era que Marco Ânio Vero (antes, Marco Ânio Catílio Severo e mais tarde Marco Aurélio) se casasse com a filha de Élio César, mas Antonino Pio o casou com sua própria filha, Ânia Faustina; ou Faustina, a Jovem. No entanto, na “escolha do melhor”, Antonino Pio demonstrava predileção por M. Ânio Vero, que era um pouco mais velho que seu irmão adotivo Lúcio Vero. Na corrida pelas honrarias, M. Ânio Vero, que nasceu em 121, destacava-se enormemente diante de Lúcio Vero, que nasceu em 130. Em 139, Marco Ânio Vero

se tornou pretor. Posteriormente, ganhou o nome de César e recebeu o *imperium* proconsular juntamente com o poder tribunício. Os dois foram educados de forma parecida, mas Lúcio Vero só se tornou pretor em 153 e nunca recebeu o título de César.

Quando Antonino Pio morreu, toda a sucessão já tinha sido minuciosamente organizada. Ele tinha dois herdeiros, Marco Aurélio, o preferido, e Lúcio Vero. Em 169, com a morte de Lúcio Vero, Marco Aurélio governou sozinho e, depois, seu filho se tornou co-imperador. No seu caso, a sucessão não foi um problema, pois ele foi o único dos Antoninos a ter herdeiro direto. Cômodo foi o herdeiro de seu pai, pois todos os seus irmãos tinham morrido. Se ele sobreviveu não seria um sinal dos deuses que ele deveria herdar o trono? Sim, os antigos entenderam que os deuses o haviam escolhido. Em 166, o próprio Marco Aurélio lhe concedeu o título de César. Em 176, recebeu o título de *imperator* e, no dia primeiro de janeiro de 177, tornou-se cônsul. No mesmo ano, recebeu o nome de *Augustus*, podendo, a partir de então, governar com seu pai, que morreu poucos anos depois, em 180. Segundo Díon Cássio, a morte de Marco Aurélio simbolizou o fim da Idade de Ouro e início da época de ferro e ferrugem (CASSIO DIO, 71. 36).

O final do principado de Cômodo foi marcado por várias conjurações. Em uma delas, ele sucumbiu, quando Marcia, sua concubina, juntamente ao prefeito do pretório, Leto, assassinaram-no na virada do ano de 192 para 193. Jovem, sem filhos e sem herdeiros adotados, ele deixou o Império em situação difícil e, na falta de um Antonino, a dinastia viu seu fim. Segundo Herodiano, o Senado, mais que depressa, reservou a Cômodo o mesmo destino de Nero e de Domiciano, a *damnatio memoriae* (HERODIANO, 1. 14. 8). Segundo Ana Teresa Gonçalves, imediatamente após a morte de Cômodo, Pertinax vestiu a púrpura, mas foi logo assassinado. Em 193, após alguns conflitos, o Império foi entregue ao então Governador da Panônia, Septímio Severo (GONÇALVES, 2007). Quando este se tornou imperador, para ganhar a simpatia da plebe e do exército, obrigou o Senado a divinizar Cômodo que, a contragosto, obedeceu. Os Severos, por sua vez, tentaram se filiar aos Antoninos quando Septímio deu o nome de Antonino ao seu filho, Caracala (H.A. Severo, 9; GONÇALVES, 2007, p. 3).

O mito da adoção do melhor

Como foi mostrado acima, essa dinastia é conhecida, de modo geral, pela historiografia tradicional, pelo termo da “adoção do melhor”, pois acreditava-se que o imperador deveria adotar, como herdeiro, “o melhor” dos homens de Roma para ser seu sucessor; esse foi o caso, aparentemente, de quase todos, exceto o de Marco Aurélio. Nerva inaugurou a famosa adoção do melhor ao adotar Trajano e, por isso, foi louvado por Tácito, senador da época, pois tal ato o distinguia da dinastia flaviana, cuja transmissão do poder hereditário aos filhos biológicos culminou na tirania de Domiciano, reprovada pelos senadores da época (TACITO, *Histórias*, 1. 15. – 16.). Trajano, por sua vez, adotou seu primo de segundo grau e tutelado, Adriano. Adriano adotou Élio César – que faleceu prematuramente – e, depois, Antonino Pio. Esse último, que não tinha filhos, a pedido de Adriano, adotou dois: filho de Élio César, Lúcio Vero – que na ocasião ainda era criança – e o sobrinho de sua esposa, Marco Aurélio - que na

ocasião tinha dezessete anos. Marco Aurélio foi o único que teve um herdeiro direto: Cômodo. O quadro, portanto, parece perfeito para se pensar na adoção do melhor.

Maquiavel e Gibbon, em suas respectivas épocas, viram a “adoção do melhor” com bons olhos. Defendiam que nesse procedimento se encontrava a grandeza dessa dinastia, pois esses imperadores, à exceção de Marco Aurélio, repudiaram o princípio da herança dinástica. Essa tendência foi seguida por outros historiadores. A grande prova do fracasso da instituição dinástica hereditária, para Maquiavel, Gibbon e outros historiadores, foi o exemplo de Domiciano, filho de Vespasiano, que mergulhou Roma em uma longa tirania de quinze anos. Para Maquiavel e Gibbon, a frustração do poder hereditário na dinastia Antonina se mostrou, uma única e fatal vez, com a sucessão de Marco Aurélio. Não se pode esquecer que Cômodo é o único que, talvez pela razão de “não ser o melhor”, não faça parte da lista dos bons imperadores de Maquiavel. Em 1503, quando escreveu seu livro sobre a primeira década de Tito Lívio, Maquiavel pronunciou-se sobre a adoção imperial da seguinte forma: “*todos os Imperadores que ascenderam ao trono por nascimento, exceto Tito⁶, foram ruins. Já os que ascenderam ao trono por adoção foram bons, de Nerva até Marco Aurélio. Mas tão logo o Império caiu novamente nas mãos dos herdeiros por nascimento, sua ruína começou.*” (MAQUIAVEL, 1883, 1) Aqui, o autor se refere, claramente, a Cômodo.

No entanto, embora haja ainda hoje estudiosos obstinados a ver na adoção do melhor a chave da grandeza dos Antoninos, cabe ressaltar que a adoção imperial não foi uma invenção desses soberanos. Outros, que não tiveram descendentes diretos, também se valeram da adoção imperial. O Império Romano se fundou em um princípio adotivo, pois Júlio César adotou Otaviano. Esse, por sua vez, já enquanto Augusto, adotou Caio, Lúcio e Agripa Póstumo; depois, Augusto adotou o filho de sua esposa Lívia, Tibério. Tibério adotou o predileto ao trono, Germânico, pai de Calígula. Cláudio adotou seu enteado, o filho de Agripina, Nero. Quase todos esses adotados tinham ligações sanguíneas. Pode-se dizer que eles não eram “os melhores”, mas não se pode defender o contrário, com segurança, para a época Antonina. A adoção sempre foi um fator fundamental das alianças familiares e de poder no seio de grandes disputas aristocráticas entre as famílias romanas.

Com os Antoninos, não era diferente, pois a adoção também se dava, em boa parte, no seio da própria família. Trajano adotou Adriano, que era seu primo, e esse, por sua vez, obrigou Antonino Pio a adotar Marco Aurélio (sobrinho de Adriano). Porém, para Maquiavel e Gibbon, e para boa parte da historiografia tradicional, a maldição do poder dinástico hereditário só se repousou sobre o colo de Marco Aurélio quando esse passou o poder ao seu filho de sangue, Cômodo (GIBBON, 1989, cap. 3).

Como se não bastasse a relação de parentesco sanguíneo entre os homens, os Antoninos também estabeleceram relações de parentesco a partir dos matrimônios. Ainda não há um estudo aprofundado sobre o papel das mulheres nas relações políticas e genealógicas da dinastia antonina, embora muito se tenha avançado no estudo das mulheres nos últimos anos. Infelizmente, esse assunto é tão vasto que mereceria um artigo em separado, no entanto, apresentaremos breves considerações, algumas pontuais. Os casamentos das mulheres e de parentes dos *principes* foram

bem entrelaçados nessa dinastia (ROMAN, 2000, p. 257). Sabina, a esposa de Adriano, era sobrinha de Trajano. Faustina, a Antiga, esposa de Antonino Pio, também tinha parentesco com Trajano: era bisneta de sua irmã, Úlpia Marciana. Faustina, a Jovem (filha de Faustina, a Antiga, com Antonino Pio) casou-se com Marco Aurélio. Portanto, Cômodo, filho de Marco Aurélio com Faustina, a Jovem, era neto de sangue de Antonino Pio⁷ e parente tanto de Adriano (pois seu pai era filho da irmã de Adriano) quanto de Trajano. Dessa forma, todos formavam uma grande família.

Continuando sobre o papel das mulheres, Chausson defende a tese de que Plotina era prima de Adriano e também de Trajano, e vai mais longe ao sugerir, de modo pertinente, que, Plotina, ao não ter tido filho com Trajano - e podendo se lembrar da situação de Domícia Longina após a morte de Domiciano -, foi motivada, vivamente, a apoiar Adriano na sua carreira política não só por ser sua amiga (para Díon, amantes), mas também por serem parentes. Ela era uma grande interessada na ascensão de Adriano ao trono para não ter o fim da última viúva imperial flaviana (CHAUSSON, 2007, p. 144). Plotina era o ponto de interseção entre os imperadores, pois, segundo os *stemmata*, ela era prima da mãe de Antonino Pio e estava viva quando, em 120, ele se tornou cônsul. Portanto, do lado de Plotina, Antonino Pio não era um *outsider* dinástico do poder romano, como muitos historiadores sugeriram (CHAUSSON, 2007, p. 146). Antonino Pio era primo da imperatriz que escolheu Adriano para ser imperador, logo, uma das mulheres mais influentes de Roma no século II d.C.

Na relação familiar estabelecida entre as mulheres antoninas, G. Di Vita-Evrard propõe a tese de que a mãe de Marco Aurélio seria irmã uterina de Adriano e nesse caso, conseqüentemente, Adriano seria tio do jovem que era o seu preferido por suas diversas qualidades (DI VITA-EVRARD *apud* CHAUSSON, 2007, p. 145). A tese de Di Vita-Evrard vai ao encontro de uma pequena menção de Díon Cassio que sugere que Marco Aurélio e Adriano eram parentes (CASSIO DIO, 69. 21. 2). Os casos são inúmeros e não poderemos, infelizmente, desenvolver as relações entre Sabina, esposa de Adriano e prima de Trajano, e das duas importantes Faustinas, a Jovem e a Antiga, mãe e filha, também esposas e mães de imperadores da mesma família.

O historiador François Chausson, nos seus estudos de prosopografia imperial, também coloca em xeque a "adoção do melhor". Para Chausson, os Antoninos já eram parentes de sangue antes da adoção e o Império continuou, como sob os júlio-claudianos (aliás, nenhum imperador dessa dinastia era porfirogênito), os flavianos e, posteriormente, sob os Severos, um bem patrimonial que deveria ser legado ao parente mais próximo. Marco Aurélio, então, obedeceu a esta lógica secular e não a uma "fragilidade" paternal, tradicionalmente invocada, no momento no qual ele passou o poder imperial ao seu filho, Cômodo (CHAUSSON, 2007, p. 142). Nesse sentido, Chausson credita essa imagem, que foi criada em torno de Cômodo como a reunião dos males do Império, à *História Augusta*, escrita na época de Teodósio e que seguia uma perspectiva extremamente voltada aos valores senatoriais. O historiador em questão também defende que os silêncios da *História Augusta* quanto às origens familiares que ligavam todos esses imperadores eram propositais:

A ideologia teodosiana retomou, apesar das deformações patentes, os temas (antoninos) da origem hispânica e da escolha providencial (a do melhor). (...) Nesse sentido, a História Augusta é mais teodosiana do que o próprio Teodósio. (...) ela deixa entrever que os antoninos eram muito pouco ou quase nada aparentados entre si e repete com veemência que a transmissão do poder aos próprios filhos era péssima para o Estado romano. (CHAUSSON, 2007, p.162).

A ideologia senatorial criou o mito ou o sonho da escolha do melhor com Plínio e Tácito, já no início da dinastia antonina, pois eles foram contemporâneos à adoção de Trajano por Nerva. No entanto, esse sistema de adoção do melhor nunca existiu, ele foi construído em cima de esperanças e não de realidades. Plínio, o Jovem, no dia primeiro de setembro do ano 100, ao ler publicamente o *Panegírico a Trajano*, ainda influenciado pelos anos anteriores da chamada “tirania” de Domiciano (como mostra Suetônio em *Dom.* 23), propôs um modelo de imperador romano que fosse totalmente anti-domiciano, apoiando-se em conceitos como *libertas* e *pax* (PLÍNIO, *Panegírico*, 7). Marcial também chamou Nerva de herói da *libertas* e da *Pax* (*Epigramas*, 11. 5). Um ponto crucial de diferença entre Domiciano e Trajano, para Plínio, foi que o Império não foi dado ao segundo por questões de nascimento, como é o caso do primeiro, mas lhe foi dado porque ele representava um novo Império, uma nova ordem. Essa visão senatorial predominou e foi muito influente na antiguidade e, de certa maneira, até hoje. Segundo Chausson, Nerva adotou Trajano não por causa de seus valores, mas por conta das fortes pressões dentro do Senado na disputa entre exército e imperador por conta da morte de Domiciano (CHAUSSON, 2007, p. 141). Nerva não tinha filhos, mas ele tinha parentes muito próximos, inclusive dentro do Senado, e é por isso que Díon Cássio, dentro da mesma perspectiva senatorial, destaca que ele escolheu Trajano apesar dos parentes, pois lhe importava mais a salvação do Império do que as suas relações de parentescos (CASSIO DIO, 68. 4. 1). Tácito critica a ideia de Império como patrimônio de uma família só e elogia a adoção, mostrando-a como um meio digno de transmissão de poder (*Histórias*, 1. 15. 2 - 16-17).

Considerações Finais

Portanto, é falsa a tese de que os Antoninos rejeitaram a transmissão do poder hereditário e que primaram pela “adoção do melhor”. “A adoção do melhor”, da forma como foi concebida, só pode ser aplicada para o caso de Nerva quando adotou Trajano. A adoção foi uma regra, sim, mas não necessariamente a do melhor. Eles adotaram porque não tiveram filhos, o primeiro a ter filho quebrou com a forjada tradição. Afinal, qual era a garantia de que Lúcio Vero, adotado por Antonino Pio com sete anos de idade, fosse o melhor? Seu único mérito era ser filho do filho adotivo de Adriano, Élio César, um homem de saúde frágil que morreu antes de assumir o trono. Nesse caso, a tese de adoção do melhor não se sustenta. A mesma questão pode ser colocada com relação a Antonino Pio, que provavelmente foi adotado não por ser “o melhor”, mas porque além de ser leal, não tinha filhos e poderia, dessa forma, assegurar a

vontade de Adriano que era de ter Marco Aurélio e Lúcio Vero como imperadores de Roma. A adoção tem que ser vista mais como um recurso a um meio artificial para manter uma linhagem de poder, que deveria administrar o Império e dar continuidade aos projetos da dinastia, e não como um projeto proposital de se escolher “o melhor” para governar Roma.

Na falta de herdeiro direto, a única opção era a adoção. Para que essa fosse justificada, criava-se em torno dela uma aura de engrenagem de solução que resolveria os problemas de Roma que era governada não pelo filho de “fulano” ou “sicrano”, mas pelo melhor dos cidadãos. Tudo parece muito convincente na ordem discursiva. Para a elite senatorial, a falta de herdeiro direto desses imperadores era, certamente, certo alívio para continuar no controle das questões políticas e militares, pois a dinastia foi fundada no seio mais antigo do senado, com a escolha do senador Nerva como primeiro imperador da dinastia. A adoção do melhor, como foi apresentada na própria antiguidade e depois reproduzida por Maquiavel, Gibbon e pelos historiadores contemporâneos, funcionou mais como uma esperança senatorial do que como uma realidade efetiva dentro da política romana; tal esperança senatorial foi inventada por Plínio e por Tácito e seguida por outros (PLÍNIO, *Panegírico*, 7.1; TÁCITO, *Histórias*, 1. 15-17).

Como vimos, as ligações que unem os imperadores antoninos são múltiplas e muito complexas. As fontes textuais como *História Augusta*, Dión Cássio e Herodiano não nos dão as informações completas sobre esses laços, ora por omissão involuntária e ora por silenciamento voluntário. A epigrafia nos auxilia a reconstituir o quadro a partir da análise das fontes textuais, mas ainda há bastante a se fazer, apesar dos avanços trazidos por Chausson e Di Vita-Évrard.

Concluimos que o sistema imperial sob os antoninos continuou muito parecido com o de Augusto dentro da *Domus Augusta*, e o dos flavianos, pois de Trajano a Cômodo os escolhidos pertenciam à *Domus Imperial* centrada em um *princeps* que também era *dominus*. A dinastia Antonina seguiu, portanto, as regras da transmissão do poder de todas as monarquias: a hereditária. A transmissão de poder não foi pautada na escolha do melhor. Apesar de termos apresentado todos estes questionamentos contrários à ideia da adoção do melhor, cabe destacar que eles não colocam em questão o fato de que os Antoninos foram bons Imperadores e que levaram o Império Romano ao seu apogeu por meio de uma política de integração e estabilidade, sobretudo após explorar o ouro da Dácia, pois a riqueza material também foi responsável pelo sucesso desta dinastia. O reino dos cinco bons imperadores (além de Lúcio Vero e Cômodo) louvados na Antiguidade e depois por Maquiavel e por Gibbon, deu seu nome ao século II; por isso que é chamado de século de Ouro, Século dos imperadores adotivos, ou, simplesmente, Século dos Antoninos; mas não deve ser chamado de século dos imperadores da adoção do melhor.

Referências

- BENNET, J. *Trajan, Optimus Princeps*. Londres: Routledge, 1997.
- BERANGER, J. Le Principat sous Trajan e Hadrien. In: BERANGER, J. *Principatus. Études de Notions et d'Histoire Politique dans l'Antiquité Greco-Romaine*, Genève, 1973, p. 281-299.
- BERANGER, J. L'hérédité du Principat. Note sur la transmission du pouvoir impérial aux deux premiers siècles. In: BERANGER, J. *Principatus. Études de Notions et d'Histoire Politique dans l'Antiquité Greco-Romaine*, Genève, 1973. p. 137-152.
- BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. In: GARNSEY, P. RATHBONE, D. et al. (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge University Press, 2000, p. 132-194.
- BIRLEY, A. *Hadrian: The Restless Emperor*. London: Routledge, 1997.
- BIRLEY, A. *Marcus Aurelius, a Biography*. Londres: Routledge, 2001.
- BRANDAO, J. L. *Máscaras dos Césares – teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- BRANDÃO, José Luis (org). *História de Roma Antiga*. Coimbra: Coimbra University Press, 2020, v. II, p. 175-217.
- CABALLOS RUFINO, A. e RODRIGUEZ HIDALGO, J. M. Hadrien et sa patrie d'Italica CHARLES-GAFFIOT, J. e LAVAGNE, H. *Hadrien, Trésors d'une villa impériale, exposition à Paris du 22 septembre au 19 décembre 1999*. Milano, Electa, 1999. p. 17-26.
- CANTO, A. La dinastía Ulpio-Aelia (98-192 d.C): ni tan “Buenos”, ni tan “adoptivos”, ni tan “Antoninos”. *Gerión*, v.21, n1, p.305-347, 2003
- CARCOPINO, J. L'hérédité dynastique chez les Antonins. *Revue des Études anciennes*, v. 51, p. 262-321, 1949.
- CARCOPINO, J. *Passion et politique chez les Césars*. Paris: Hachette, 1958.
- CARRIÉ, J-M.; ROUSSELLE, A. *L'empire romain en mutation des Sévères à Constantin 192-337*. Paris: Seuil, 1999.
- CHASTAGNOL, A. Introduction. In: *Histoire Auguste*. Trad. A. Chastagnol. Paris: Coll. Bouquins, 1994.
- CHAUSSON, F. Transmissions de patrimoines dans la famille maternelle d'Antonin le pieux, CCG, v. 11, p. 361-364, 2000.
- CHAUSSON, F. Deuil dynastique et topographie urbaine dans la Rome antonine. I. Un mausolée dynastique. in BELAYCHE, N. *Rome, les Césars et la ville: Aux deux premiers siècles de notre ère*, Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2001. p. 293-342.

CHAUSSON, F. Regards sur la famille de l'empereur Lucius Vérus. In: CHAUSSON, F.; WOLFF E. (Orgs.). *Consuetudinis amor. Fragments d'histoire romaine* (Ile-VIe siècles) offerts à Jean-Pierre Callu. Rome: L'Erma di Bretschneider, 2003. p. 103-161.

CHAUSSON, F. Des femmes, des hommes, des briques: prosopographie sénatoriale et *figlinae* alimentant le marché urbain. *Archeologia Classica*, v. 56, n. 6, p. 225-267, 2005.

CHAUSSON, F. Varietés généalogiques, III – La généalogie d'Antonin le Pieux. In: BONAMENTE, G. – BRANDT, H. (orgs.) *Historiae Augustae Colloquium Barcinonense*, n. s. IX, Bari, 2005, p. 107-155.

CHAUSSON, F. Varietés généalogiques, IV – Cohésion, collusions, collisions: une autre dynastie antonine in BONAMENTE, G. – BRANDT, H. (orgs.) *Historiae Augustae Colloquium Barcinonense*. Bari, p. 123-163, 2007.

CIZEK, E. *L'époque de Trajan. Circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Paris: Bucarest, 1983.

DES BOSCS-PLATEAUX, F. *Un parti hispanique à Rome?* Madrid: Casa de Velazquez, 2006.

DI VITA-ÉVRARD, G. Des Calvisii Rusones à Licinius Sura. *MEFRA*, v. 99, n. 1, p. 281-338, 1987.

DI VITA-ÉVRARD, G. La famille de l'empereur: pour de nouveaux Mémoires d'Hadrien. In: CHARLES-GAFFIOT, J. ; LAVAGNE, H. *Hadrien, Trésors d'une villa impériale, exposition à Paris du 22 septembre au 19 décembre 1999*, Milano: Electa, 1999. p. 27-36.

DURRY, M. Sur Trajan père. In: *Les empereurs romains d'Espagne. Actes du colloque international (Madrid-Italica, 1964)*. Paris, 1965, p. 45-54.

FAVERSANI, F. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, F. *História e retórica, ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

FRÉZOULS, E. La sucession impériale dans l'Histoire Auguste: les Antonins et les Sévères. In: BONAMENTE, C. (orgs.). *Historiae Augustae Colloquium Wullugzriuu*, Macerata, 1991, p. 197-212.

GABBA, E.; FORABOSCHL, D.; LO CASCIO, E. (Orgs.). *Introduzione alla Storia di Roma*. Milano: LED, 2002.

GAIA, Deivid Valério. Adriano, o imperador greco-romano. In: REDE, Marcelo (org.). *Vidas Antigas, ensaios biográficos da antiguidade*. vol. 2. (no prelo).

GAIA, Deivid Valério. Antoninos: o apogeu e o fim da *pax romana*. In: BRANDÃO, José Luis (org). *História de Roma Antiga*, Vol. II, Coimbra: Coimbra University Press, 2020, p.175-217.

GALIMBERTI, A. *Adriano e l'ideologia del principato*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2007.

GARCIA Y BELLIDO, A. La Italica de Hadriano. In: *Les empereurs romains d'Espagne. Actes du colloque international (Madrid-Italica, 1964)*. Paris, 1965, p. 7-26.

GARZETTI, A. *Nerva*. Roma: Signorelli, 1950.

GIBBON E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Cia das Letras, 1989 [1790].

GONÇALVES, A. T. M. Rupturas e continuidades: os Antoninos e os Severos. *Fênix*, v. 4, n.1, p. 1-15, 2007.

GONÇALVES, A. T. M. Cômodo e a difícil tarefa de substituir Marco Aurélio: poder e legitimidade. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, 2012. p.112-133.

GRAINGER, J. *Nerva and the Roman succession crisis of AD 96-99*. Londres: Routledge, 2003.

GRANT, M. *The Antonines. The Roman Empire in Transition*. Londres: Routledge, 1996.

GRIMAL, P. *Marc Aurèle*. Paris: Fayard, 1991.

GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

GUEY, J. De "l'or des Daces" au livre de Sture Bolin, guerre et or, or et monnaie. *Mélanges Carcopino*, p. 445-475, 1924.

LE GLAY, M. VOISIN, J.-L. ; LE BOHEC, Y. *Histoire romaine*. Paris: Puf, 1995.

LE ROUX, P. Les sénateurs originaires de la province d'Hispania Citerior au Haut-Empire romain, *Epigrafia e Ordine Senatorio II*. v. 5, p. 209-221, 1982.

LE ROUX, P. *Le Haut-Empire romain en Occident, d'Auguste aux Sévères*. Paris: Seuil, 1998.

LEFEBVRE, S. *Rome, ville et capitale de Jules César à la fin des Antonins*. Paris: Vuibert, 2001.

LO CASCIO, E. Dai Flavi agli Antonini: Il consolidamento del regime imperiale. In: GABBA, E.; FORABOSCHI, D.; LO CASCIO, E. (Orgs.). *Introduzione alla Storia di Roma*. Milano: LED, 2002.

MAQUIAVEL. *Discourses on the First Decade of Titus Livy*. Book 1. London: London, K. Paul, Trench e Co. 1883 [1503].

MARTIN, J.-P. Les Antonins et les Sévères (96-235 ap.J.-C.). In: MARTIN, J.-P.; CHAUVOT, A.; CEBEILLAC-GERVASONI, M. *Histoire romaine*. 3a. ed. Paris: Armand Colin, 2014.

MARTIN, J.-P.; CHAUVOT, A.; CEBEILLAC-GERVASONI, M. *Histoire romaine*. 3a ed. Paris: Armand Colin, 2014.

ORGEVAL, B.. *L'empereur Hadrien, œuvre législative et administrative*. Paris: s/ed, 1950.

PFLAUM, H.-G. Les gendres de Marc Aurèle, *Journal des Savants*, p. 29-41, 1961.

PFLAUM, H.-G. La valeur de la source inspiratrice de la *Vita Hadriani* et de la *Vita Marci Antonini* à la lueur des personnalités contemporaines nommément citées, *BHAC*, 1968-1969, Bonn, 1970, p. 173-232.

ROMAN, Y. *Marc Aurèle, l'Empereur paradoxal*. Paris: Payot, 2013.

ROMAN, Y. *Empereurs et sénateurs, une histoire politique de l'Empire Romain*. Paris: Payot, 2001.

ROMAN, Y. *Hadrien, l'empereur virtuose*. Paris: Payot, 2008.

ROMAN, Y; ROMAN, D. *Rome: de la République à l'Empire*. Paris: Elipses, 2000.

SARTRE, M. *Le Haut-Empire romain, les provinces de Méditerranée orientale d'Auguste aux Sévères*. Paris: Seuil, 1997.

SCHIAVONE, A. O século de ouro. In SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida. Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: Edusp, 2005, p.15-31.

SYME, R. Hadrian and Italica. *The Journal of Roman Studies*, v. 54, p. 142–149, 1964.

SYME, R. Hadrian the Intellectual. In: *Les empereurs romains d'Espagne. Actes du colloque international (Madrid-Italica, 1964)*. Paris, 1965.p. 243-253.

SYME, R. *Tacitus*. Oxford: Oxford University Press, 1958.

VEYNE, P. *L'Empire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005.

VIRLOUVET, C. ; TRAN, N.; FAURE, P. (orgs.). *Roma, cité universelle: de César à Caracalla, 70 av. J.-C. – 212 ap. J.-C.* Paris: Béliin, 2018.

Fontes

DION CASSIUS. *Histoire romaine*. Texte établi, traduit et noté par R. Gros. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1867.

ÉLIO ARISTIDES. *Elogio a Roma*. Introdução, tradução e notas de F. Gascó e A. Ramirex de Verger. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

MARC AURELE. *Pensées, Écrits pour lui-même*. Texte établi et traduit par P. Hadot. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

MARTIAL. *Épigrammes*. Texte établi et traduit par H. J. Izaac. Paris: Les Belles Lettres, 1934.

PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par M. Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1948.

SUETONE. *Vies des douze Césars. Vie de Domicien*. Tome III, texte établi et traduit par H. Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 2011.

TACITE. *Vie d'Agricola*. Texte établi et traduit par E. Saint-Denis. Paris: Les Belles Lettres, 1942.

TACITE. *Histoires*. Tome I. Texte établi et traduit par H. Le Bonniec et P. Willeumier et noté par J. Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción, introducción y notas por J. Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HISTÓRIA AUGUSTA. Tradução, introdução, notas e índice de C. A. Teixeira, J. L. Brandão e N. S. Rodrigues.: São Paulo: Clássica Digitalia Brasil, 2012.

HISTOIRE AUGUSTE. Texte traduit et noté par Chastagnol. Paris: A. Coll. Bouquins, Robert Laffont, 1994.

Notas

¹ O presente texto é um desdobramento da análise da sucessão imperial à época Antonina que foi apresentada no seguinte artigo: Gaia (2020).

² A dinastia antonina teve sete soberanos entre 96 e 192 d.C.: Nerva (96-98); Trajano (98-117); Adriano (117-138); Antonino Pio (138-161); Marco Aurélio (161-180), que governou conjuntamente a Lúcio Vero (161-169); e Cômodo (180-192).

³ O texto abaixo, no qual apontamos as sucessões imperiais, foi escrito com base nos documentos da época e organizado de acordo com os livros de divulgação de História Romana publicados na França e na Itália (LO CASCIO, 2002; LE GLAY, 1995; ROMAN, 2000; MARTIN, 2014).

⁴ Para obter mais detalhes sobre cada imperador dessa dinastia, *vide* Gaia, 2020. Quanto a Adriano especificamente, *vide* Gaia (no prelo).

⁵ O Senado concedeu a Trajano várias honrarias: o título de César, o *imperium maius*, o poder tribunicio, o nome de Augusto e, também, o consulado epônimo do ano 98 (consulado de Nerva e Trajano)

⁶ Para Suetônio, Tito era o amor e a delícia do gênero humano (SUETONIO *Tito* 1.1).

⁷ Essas questões de parentescos aparecem bem claras nos *stemmata* (árvores genealógicas). *Vide* Chausson (2005).

Deivid Valerio GAIA. Professor Doutor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ. Coordenador do Laboratório de História Antiga da UFRJ. Largo São Francisco de Paula, n. 01, sala 211-a, CEP: 20051-070, Centro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Editores

Paulo Cesar Gonçalves e Valéria dos Santos Guimarães

Submissão: 24/06/2020

Aceite: 23/08/2020